



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MATHEUS MILER: HÁ FUTURO PARA O TRABALHO AVULSO NOS PORTOS BRASILEIROS?

Fica evidente a necessidade de refletir sobre a pertinência da obrigatoriedade da contratação de trabalhadores portuários por meio do regime de trabalho avulso

Por Matheus Miler

Promulgada a Lei 14.047/2020, que alterou a política pública portuária no que se refere à relação capital trabalho e inaugura uma nova fase para a exploração dos portos públicos no Brasil, conforme detalhado em artigos anteriores, cabe agora analisar e refletir sobre o futuro do sistema de trabalho portuário avulso nos portos organizados.

O trabalho avulso, recepcionado na Constituição Federal de 88, é a modalidade de regime laboral que permite a determinadas atividades econômicas utilizar com maior flexibilidade a contratação de mão de obra e adequá-la a sua atividade produtiva. Sem estabelecer vínculo empregatício, a modalidade permite ao trabalhador se engajar em trabalhos para diversos tomadores de serviços e ao empregador, utilizar recursos humanos quando necessário.

Para a atividade portuária, o trabalho avulso existe desde que os primeiros cargueiros aportaram em nossas docas. A atividade profissional de transporte e movimentação de mercadorias é uma das mais antigas da história da humanidade e as categorias dos trabalhadores portuários foram as primeiras a se organizar, com solidez, em sindicatos e lutar por seus direitos.

Foram categorias que resistiram às grandes guerras mundiais, à gripe espanhola, à ditadura militar, a redemocratização, à hiperinflação, à Portobrás, à parede e à carteira preta, à DTM (Delegacia do Trabalho Marítimo, do então Ministério do Trabalho), ao Gempo (Grupo Executivo para Modernização dos Portos, do Governo Federal), ao Prepom (Programa do Ensino Profissional Marítimo, da Marinha), à desestatização dos portos públicos, aos arrendamentos, à automação das operações portuárias, aos OGMs (órgãos gestores de mão de obra), à multifuncionalidade, à escalção eletrônica, à Covid-19 e a toda sorte dos altos e baixos da economia e do comércio exterior brasileiro.

São algumas as razões que justificavam a existência do modelo de trabalho avulso nos portos: a rotineira sazonalidade de cargas predominante até os anos 90, o baixo emprego da tecnologia nas operações portuárias, a movimentação de sacaria e carga solta, entre outros que podemos elencar para entender a sua pertinência.

A transformação causada pela evolução tecnológica empregada nas operações portuárias pode ser notada ao redor do mundo onde terminais (apelidados de “ghost terminals”) já executam a atividade de operação de contêineres sem o emprego de recursos humanos. Com maior destaque para os portos asiáticos, essa realidade é vivida na Europa e também em portos nos Estados Unidos, com foco na maior segurança, eficiência energética e produtividade das operações portuárias. Esses são ótimos exemplos que contribuem para a reflexão sobre a evolução da atividade no Brasil.

Atualmente, com o novo arranjo legislativo, a privatização das autoridades portuárias, a estabilidade das relações comerciais, a predominância de perenização das linhas de navegação, os investimentos privados, a consolidação das cargas, o grande avanço tecnológico dos últimos 20 anos e, principalmente, com a irreversível automação das operações portuárias, movimentação e controle de cargas em pátios e armazéns nos portos brasileiros, fica evidente a necessidade de

refletir sobre a pertinência da obrigatoriedade da contratação de trabalhadores portuários por meio do regime de trabalho avulso.

Fonte : *A Tribuna Digital - SP*

Data : 22/09/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ 487ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA EM 24 DE SETEMBRO

Será por videoconferência. Haverá possibilidade de sustentação oral

A ANTAQ realizará, em 24 de setembro, por videoconferência, a partir das 15h, a 487ª Reunião Ordinária de Diretoria. A pauta já está disponível no site da Agência. Aos interessados, haverá a possibilidade de sustentação oral. Acesse o link para saber os procedimentos:

<http://portal.antaq.gov.br/index.php/sustentacao-oral/>

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 22/09/2020

FOI ABERTA ONTEM (21) TOMADA DE SUBSÍDIOS SOBRE METODOLOGIA PARA DETERMINAR ABUSIVIDADE NA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES

Interessados terão até às 23h59 do dia 16/10/2020 para enviar suas contribuições à ANTAQ



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Anota%C3%A7%C3%A3o-2020-05-19-151721-768x420.png>

Tomada de Subsídios Pública refere-se ao tema 2.2 da Agenda Regulatória da ANTAQ para o Biênio 2020/2021. Fotos: Divulgação Portos.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ abriu nesta segunda-feira (21) a Tomada de Subsídios Pública nº 03/2020, visando ao envio de contribuições e subsídios, por escrito, para a concretização do tema 2.2 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021, que busca desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres. Os interessados deverão enviar suas contribuições à ANTAQ até às 23h59 do dia 16/10/2020.

Questionário eletrônico e forma de participação

Para enviar suas contribuições, os interessados deverão acessar o questionário desta Tomada de Subsídios Pública, que está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://bit.ly/demurrageNM>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: anexo_tomada032020@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste Aviso, anexar imagens digitais, tais como

mapas, plantas, fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do questionário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-la utilizando o computador da Secretaria-Geral – SGE, desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 22/09/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

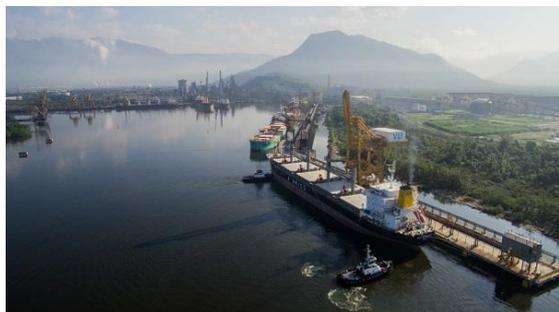
PORTAL PORTO GENTE

DE OLHO EM NOVAS COMPETÊNCIAS, EMPRESA SELECIONA TRAINEES PELAS HISTÓRIAS

Assessoria de Comunicação

Empresa ampliou abrangência para qualquer graduação

A diversidade como um elemento para construir o futuro do negócio. Com essa diretriz, a VLI, companhia de soluções logísticas que integra ferrovias, terminais e portos, inicia a seleção de trainees para o próximo ano entendendo que valores, atributos (empatia, resiliência e colaboração) e as histórias dos novos talentos fazem a diferença. Este ano, estudantes de qualquer graduação podem participar da seleção. As únicas exigências do processo são mobilidade, inglês intermediário e o período de conclusão do curso entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020.



https://portogente.com.br/images/VLI_trainee_2.jpg

Nos últimos anos, a companhia tem se movimentado para promover iniciativas de diversidade e inclusão direcionadas à equidade de gênero e outros públicos como pessoas com deficiência, de diferentes raças e etnias, LGBTI+ e gerações. Durante a seleção, a empresa fará um webinar apresentando aos participantes como o tema é abordado na empresa.

“Ano a ano vamos reforçando essa demanda. Agora, valorizamos ainda mais as experiências de vida de candidatas (os). O foco do programa é conhecer pessoas que acrescentem novos olhares, que estejam interessadas em inovar e transformar a logística do Brasil conosco”, explica Francielle Pedrosa, gerente de Desenvolvimento Organizacional.

Outro diferencial é o apoio para aqueles que não avançarem ao longo do processo. Todo participante poderá ver seu desempenho durante as fases, identificar pontos de melhoria e receber orientações.

>> As inscrições podem ser feitas até o dia 19 de outubro pelo jobs.kenoby.com/programatraineevli.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 22/09/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL PODE TER OUTRA SEDE ALÉM DE DAVOS EM 2021

No mês passado, os organizadores deste importante encontro anual, que geralmente é celebrado em janeiro nesta exclusiva estação suíça de esqui, anunciaram que a próxima edição seria adiada para o início do verão (no hemisfério norte) de 2021 - AFP/Arquivos

O Fórum Econômico Mundial, que todos os anos reúne as principais autoridades políticas e financeiras do mundo, pode ser realizado no próximo ano em outro local sem ser Davos – informaram o jornal regional Südostschweiz e o tabloide suíço-alemão Blick, nesta terça-feira (22).

No mês passado, os organizadores deste importante encontro anual, que geralmente é celebrado em janeiro nesta exclusiva estação suíça de esqui, anunciaram que a próxima edição seria adiada para o início do verão (no hemisfério norte) de 2021.

Os organizadores afirmaram que não haveria condições para realizar o evento de “forma segura” nas datas habituais, devido à pandemia da covid-19.

“Davos não pode contar com esta edição substituta do WEF” (World Economic Forum), disse nesta terça-feira o jornal local Südostschweiz, referindo-se a uma carta dirigida à federação de hotéis de Davos, informando que esta edição de verão não será realizada na pequena cidade aninhada no coração dos Alpes.

A carta é assinada por Klaus Schwab, fundador e presidente-executivo do fórum, afirma o tabloide suíço Blick em suas colunas.

“Ficamos um pouco surpresos com esta carta”, confessou Tamara Henderson, presidente do órgão que representa a indústria hoteleira suíça em Davos, a agência Keystone-ATS.

Os organizadores do Fórum Econômico Mundial rejeitaram, “no momento”, comentar esta informação, “já que nenhuma decisão foi tomada ainda”, disse uma porta-voz em um e-mail enviado à AFP.

“Nas próximas semanas” haverá informações complementares sobre a próxima edição de 2021,

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 22/09/2020

BOLSONARO NOMEIA ANDRÉ BRANDÃO COMO PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/andre-brandaobb-agb.jpg>

Nas últimas semanas, Brandão aprofundou o processo de transição no Banco do Brasil, até então feito de forma virtual e a distância por causa de sua mudança ao Brasil após uma temporada nos Estados Unidos (Crédito: Arquivo/Agência Brasil)

O presidente Jair Bolsonaro assinou o ato de nomeação de André Brandão para a presidência do

Banco do Brasil (BB). Ele vai substituir Rubem Novaes, que deixou o cargo nesta terça-feira, 22. Bolsonaro, Brandão, Novaes e o ministro da Economia, Paulo Guedes, estiveram reunidos pela manhã, no Palácio do Planalto, para uma “posse simbólica” do novo presidente do BB.

A nomeação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, assim como a exoneração de Novaes. Com isso, Brandão tomará a posse administrativa na sede do banco, em Brasília, mas não haverá solenidade, apenas assinatura de documento.

Brandão deixou o Planalto no início da tarde, mas não falou com a imprensa. Novaes e o ministro Paulo Guedes também não deram declarações.

Nas últimas semanas, Brandão aprofundou o processo de transição no Banco do Brasil, até então feito de forma virtual e a distância por causa de sua mudança ao Brasil após uma temporada nos Estados Unidos.

Depois de uma agenda virtual de videoconferências com os vice-presidentes do banco, Brandão começou a encontrá-los pessoalmente na semana passada.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 22/09/2020

BOLSONARO NA ONU, SOBRE PANDEMIA E MEIO AMBIENTE: “IMPrensa LEVOU PÂNICO” E HÁ “INTERESSES ESCUSOS”

Por Marcos Corrêa/PR



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/bolsonaro-na-onu.jpg>

O presidente Jair Bolsonaro discursou na abertura da Assembleia-Geral da ONU (Crédito: Marcos Corrêa/PR) - Diego Felix

O presidente Jair Bolsonaro abriu a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) nesta terça-feira (22) e fez um discurso de defesa contra o que considera uma “campanha de difamação” em relação aos esforços de preservação do meio ambiente no Brasil.

Bolsonaro abriu a fala dizendo que o mundo “precisa da verdade” para superar seus desafios e lamentou as mortes em decorrência da covid-19. Declarou que as medidas de isolamento e “restrição de liberdade” foram delegadas aos governadores, apesar de seus “alertas” sobre um tratamento simultâneo contra o vírus e o desemprego.

Atribuiu à imprensa o papel de transmitir o “pânico entre a população”. Afirmou também que o programa de assistencialismo brasileiro é um dos maiores do mundo e mostra a preocupação do governo com a pandemia da covid-19.

“Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram um mal maior”, comentou.

Disse que “somos vítimas de mais uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal” se referindo às acusações de afrouxamento da luta contra o desmatamento da floresta amazônica.

“A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o País”, disparou.

Afirmou que apesar do Brasil ser uma das 10 economias do mundo, é responsável por apenas 3% da emissão de carbono. Lembrou que o País garante um sexto da alimentação mundial, “mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura”. “Números que nenhum outro país possui”, afirmou.

O presidente disse que a floresta brasileira é úmida e “não permite a propagação do fogo em seu interior”. Creditou os incêndios ao entorno leste da floresta, onde o “caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas”.

Disse também que os focos de incêndio são combatidos com rigor e que adota uma política de “tolerância zero” contra o crime ambiental, apesar da dificuldade de combater os focos de incêndio, já que a “a região amazônica é maior que a Europa Ocidental”.

“Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação”, disse Bolsonaro.

Houve espaço para afirmar que o Brasil está empenhado nos direitos humanos, sobretudo com o acolhimento de venezuelanos que chegam à fronteira brasileira. Lembrou que o Brasil está preocupado com o terrorismo no mundo e pediu esforços no combate à “cristofobia”.

Acenou também para o governo norte-americano ao celebrar a solução de conflito entre Israel e a Palestina, assinada recentemente e mediada pelo presidente Donald Trump e se mostrou aberto a negociar com todos os países que tenham como princípios a liberdade e a proteção de dados.

Confira a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU:

“Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir;

Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe;

Chefes de Estado, de governo e de delegação;

Senhoras e senhores,

É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios.

A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

- Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;
- Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;
- Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;
- Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;
- Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de COVID.

A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxicloroquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia. Nesta linha, o Brasil está aberto para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, a exemplo da indústria 4.0, da inteligência artificial, nanotecnologia e da tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania, prezem pela liberdade e pela proteção de dados.

No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas.

O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado.

Nossos caminhoneiros, marítimos, portuários e aviários mantiveram ativo todo o fluxo logístico para distribuição interna e exportação.

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos.

E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.



Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a Região Amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

A nossa preocupação com o meio ambiente vai além das nossas florestas. Nosso Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar, um dos primeiros a serem lançados no mundo, cria uma estratégia para os nossos 8.500 quilômetros de costa.

Nessa linha, o Brasil se esforçou na COP25 em Madri para regulamentar os artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional. Infelizmente, fomos vencidos pelo protecionismo.

Em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo.

O Brasil considera importante respeitar a liberdade de navegação estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Entretanto, as regras de proteção ambiental devem ser respeitadas e os crimes devem ser apurados com agilidade, para que agressões como a ocorrida contra o Brasil não venham a atingir outros países.

Não é só na preservação ambiental que o país se destaca. No campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional pelo compromisso e pela dedicação no apoio prestado aos refugiados venezuelanos, que chegam ao Brasil a partir da fronteira no estado de Roraima.

A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

Com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira.

Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos. Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança.

A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos.

O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o MERCOSUL e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental.

Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

Reafirmo nosso apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio que deve prover disciplinas adaptadas às novas realidades internacionais.

Estamos igualmente próximos do início do processo oficial de acessão do Brasil à OCDE. Por isso, já adotamos as práticas mundiais mais elevadas em todas as áreas, desde a regulação financeira até os domínios da segurança digital e da proteção ambiental.

No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

Novos marcos regulatórios em setores-chave, como o saneamento e o gás natural, também estão sendo implementados. Eles atrairão novos investimentos, estimularão a economia e gerarão renda e emprego.

O Brasil foi, em 2019, o quarto maior destino de investimentos diretos em todo o mundo. E, no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo.

O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O Brasil está preocupado e repudia o terrorismo em todo o mundo.

Na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos.

A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

Também quero reafirmar minha solidariedade e apoio ao povo do Líbano pelas recentes adversidades sofridas.

Creemos que o momento é propício para trabalharmos pela abertura de novos horizontes, muito mais otimistas para o futuro do Oriente Médio.

Os acordos de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, e entre Israel e o Bahrein, três países amigos do Brasil, com os quais ampliamos imensamente nossas relações durante o meu governo, constitui excelente notícia.

O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump, com uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços, retomar o caminho da tão desejada solução do conflito israelense-palestino.

A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região.

O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

Deus abençoe a todos!

E o meu muito obrigado!"

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 22/09/2020



EXTRA ONLINE

BUNGE ANUNCIA PARCERIA PARA PERMITIR ORIGINAÇÃO DIGITAL DE GRÃOS NO BRASIL

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A multinacional Bunge, uma das maiores empresas de agronegócio e alimentos do mundo, anunciou nesta terça-feira parceria com a Orbia que abre caminhos para a origem digital de grãos por meio da plataforma digital no Brasil.

"O agronegócio sempre foi muito inovador da porteira para dentro e, agora, a Bunge está liderando o movimento de modernização dos processos de comercialização e transporte da porteira para fora", disse o diretor de Originação da Bunge, Roberto Marcon, em nota.

A companhia disse que será a primeira trading no Brasil a realizar operações do gênero.

"Com essa parceria, estamos revolucionando a forma de fazer negócios para responder às demandas na velocidade que o mercado requer, nos preparando para o futuro, investindo em ações que nos colocam à frente no processo de inovação do setor", acrescentou.

A Orbia reúne a possibilidade da compra e venda de insumos, comercialização de commodities e programa de pontos, de forma a acompanhar a jornada do produtor, desde o planejamento da produção até a comercialização da sua safra, disse a Bunge.

A plataforma possui 170 mil usuários, o que corresponde a 70% da área plantada no Brasil, e 117 canais de distribuição cadastrados.

"Com essa parceria, a Bunge aporta seu conhecimento em commodities, administração de risco e força logística à plataforma, além de tornar a Orbia o marketplace com o maior footprint de silos e fábricas de processamento de soja no país", destacou.

No caminho rumo à transformação digital, a Bunge lembrou que vem investindo em uma série de soluções tecnológicas dentro de seu principal mercado, "antecipando-se à nova dinâmica do futuro dos negócios".

Entre os parceiros da Orbia estão a Bayer Crop Science, na área de defensivos agrícolas, e a Boehringer-Ingelheim, no setor de saúde animal.

Recentemente, a Bunge lançou o aplicativo Vector, ferramenta que possibilita a digitalização de todo o processo de contratação de frete rodoviário para o transporte dos grãos da empresa. A tecnologia agiliza o processo e reduz a necessidade de interação direta na negociação.

Além disso, juntamente com outras tradings, a Bunge atua na Covantis, iniciativa dedicada a implementar o blockchain no comércio global de commodities, cujo intuito é melhorar a velocidade e segurança tecnológica nas operações de exportação.

Fonte : Extra Online

Data : 22/09/2020

BOLSONARO INDICA RESTRIÇÕES EM LEILÃO PARA 5G DURANTE DISCURSO NA ONU

Por Lisandra Paraguassu

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente Jair Bolsonaro usou seu discurso na abertura da 75ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, nesta terça-feira, para indicar que restrições podem ser impostas no leilão de tecnologia 5G no país.

"O Brasil está aberto para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, a exemplo da Indústria 4.0, da inteligência artificial, da nanotecnologia e da tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania e prezem pela liberdade e pela proteção de dados", ressaltou em seu discurso nesta terça-feira.

Programado para o primeiro semestre de 2021 depois de sucessivos adiamentos, o leilão ainda não tem regras definidas e caberá ao presidente dar a palavra final sobre a participação ou não da chinesa Huawei no processo.

No início do mês, o próprio Bolsonaro afirmou que será dele a decisão. "Olha só, temos o negócio do 5G pela frente. Deixar bem claro, quem vai decidir o 5G sou eu, não é terceiro, ninguém dando palpite por aí, não. Eu vou decidir o 5G", disse em uma de suas lives semanais.

O governo brasileiro vem sendo pressionado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para alijar os chineses do processo. O alinhamento já conhecido de Bolsonaro com Trump leva o país para a tendência de tomar o mesmo caminho dos EUA. No entanto, pesa ainda o interesse de empresas brasileiras de telefonia que pedem pela participação da Huawei, hoje maior produtora de equipamentos com tecnologia 5G e que costumam ter também menor custo.

Em seu discurso para a Assembleia-Geral, Bolsonaro disse ainda que a pandemia mostrou que o mundo não pode depender da produção de insumos em apenas alguns países, e usou como exemplo a hidroxiquina --medicamento que defende para uso contra a Covid-19, mesmo sem comprovação científica de eficácia.

"A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para a produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxiquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia", afirmou, tratando em seguida das novas tecnologias.

Fonte : Extra Online

Data : 22/09/2020

ECORODOVIAS REDUZ QUEDA NO TRÁFEGO DE RODOVIAS

Por Paula Arend Laier

(Reuters) - O tráfego de veículos em estradas administradas pela Ecorodovias caiu 12,1% no acumulado de 16 de março a 20 de setembro ante período similar de 2019, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira pela companhia.

O dado sugere alguma leve recuperação frente à queda de 12,7% apurada de 16 de março a 13 de setembro.

Na rodovia dos Imigrantes, um dos principais ativos da empresa, a redução no tráfego passou de 13,7% para 13,1% na mesma base de comparação, informou a companhia.

Fonte : Extra Online

Data : 22/09/2020

PETROBRAS INFORMA CONCLUSÃO DE OFERTA DE RECOMPRA DE TÍTULOS GLOBAIS

Por Luciano Costa; Edição de Eduardo Simões

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras PETR4.SA> informou que concluiu nesta terça-feira uma oferta de recompra de títulos globais efetuada por sua subsidiária Petrobras Global Finance.

Em comunicado ao mercado, a companhia disse que o volume de principal validamente entregue pelos investidores na oferta, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de cerca de 3,5 bilhões de dólares, com taxas de câmbio de 1,1828 dólar por euro e 1,2975 dólar por libra.

O montante total pago a esses investidores foi de cerca de 3,975 bilhões de dólares, considerando os preços ofertados pela Petrobras e excluindo os juros capitalizados até a data de liquidação, conforme o caso, disse a companhia.

Fonte : Extra Online

Data : 22/09/2020

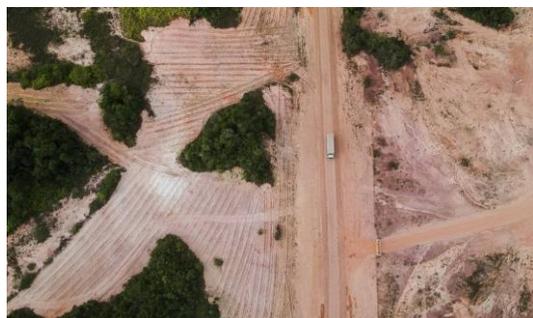


JORNAL O GLOBO – RJ

SAIBA QUEM É O EMPREITEIRO DO PARÁ RECORDISTA DE OBRAS NO GOVERNO BOLSONARO

Construtora tem R\$ 298,5 milhões em acordos assinados com a União e está à frente de obras na Região Norte que servem de vitrine para o Ministério da Infraestrutura

Por Bernardo Mello



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24066856-2d8-53f/FT1086A/652/x84273771_AMAmazonas26-08-2019BR-319-que-liga-Porto-Velho-a-Manaus-desmatamento-a-beira-da-e.jpg.pagespeed.ic.vRAISA_SWx.jpg

BR-319, que liga Porto Velho a Manaus Foto: Gabriel Monteiro/26.08.2019 / Agência O Globo

RIO — Após arrebatar projetos para recuperação de

trechos da rodovia Transamazônica e da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, consideradas as principais vitrines do governo na Região Norte, uma construtora pouco conhecida do Sudeste do Pará se tornou a campeã de contratos para obras na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

A Construtora Meirelles Mascarenhas, fundada na década de 1990, figurava discretamente no ranking de contratações da União desde o governo Lula (PT), mas um salto recente — impulsionado por empreendimentos licitados num cenário indefinido de licenciamento ambiental — levou a empreiteira ao topo das contratadas: são R\$ 298,5 milhões acertados com a União, dos quais R\$ 185,4 milhões em contratos firmados neste ano. Em segundo lugar, aparece a Neovia Infraestrutura Rodoviária, com R\$ 292,1 milhões, seguida pela LCM Construção e Comércio, com R\$ 274,3 milhões. Os valores levam em conta os contratos assinados em 2019 e 2020 para a execução de obras.

Segundo o portal da transparência do governo federal, a Meirelles Mascarenhas atua em obras de rodovias federais na Região Norte desde 2007, quando venceu uma concorrência para manutenção na BR-174 (Amazonas) por R\$ 2,1 milhões. Em valores iniciais de contrato, desconsiderando aditivos — alguns deles acertados na atual gestão —, o maior destaque da construtora em governos anteriores havia acontecido em 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando fechou um total de R\$ 89,1 milhões em contratos.

O valor, porém, não alçava a empresa a patamar de construtoras como Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez, donas dos principais contratos do governo federal nas últimas décadas. Só a sede da Odebrecht, sem incluir subsidiárias, recebeu mais de R\$ 3 bilhões dos governos Lula e Dilma, segundo o portal da transparência. Todas perderam espaço após serem alvo da Operação Lava-Jato, que investigou desvios de verba pública e pagamento de propina nas gestões petistas. O acordo de leniência da Odebrecht, assinado em 2018, previa a devolução de R\$ 2,7 bilhões aos cofres públicos, sendo R\$ 1,3 bilhão referentes ao lucro de contratos nos quais foram encontrados indícios de corrupção.

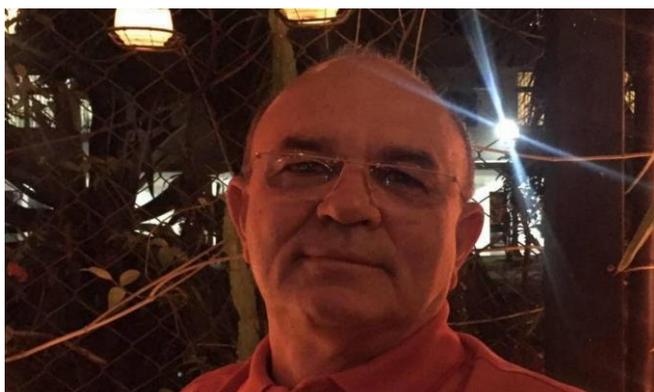
O primeiro contrato da Meirelles Mascarenhas assinado no governo Bolsonaro, em abril de 2019, foi para “conservação e recuperação” de cerca de 60 quilômetros da BR-319. Em outubro, a empreiteira venceu a licitação para manutenção de mais 70 quilômetros. Nas duas obras, embora o termo de referência incluía “recomposição do revestimento primário com adição de cimento”, os editais consideraram que não se tratam de projetos de “repavimentação”, o que exigiria um licenciamento ambiental, alvo de disputa entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Ibama.

A discussão, que se arrasta há mais de uma década, diz respeito principalmente ao chamado “trecho do meio” da BR-319, que compreende cerca de 50% dos mais de 800 quilômetros. Nesse trecho, que faz limite com diversas unidades de conservação no Amazonas, o Ibama exige, desde 2007, um estudo de impacto ambiental que só foi apresentado pelo Dnit no último mês. O licenciamento, no entanto, depende ainda da entrega e aprovação de um Estudo de Componente Indígena (ECI) junto à Funai.

Em julho, o Ministério Público Federal chegou a pedir, sem sucesso, a impugnação de um edital para pavimentação num trecho próximo a Manaus pela falta de estudo de impacto ambiental.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, prometeu ano passado que iniciaria a pavimentação da BR-319 e disse a governadores que não via “obstáculo nenhum” às obras.

A Meirelles Mascarenhas tem como sócios os empresários Ainensten Espírito Santo Mascarenhas e Mauro Meirelles Jordão, e fica em Redenção (PA), perto da fronteira com o Tocantins, a 900 quilômetros de Belém, e mantém escritório em Brasília. Na capital federal, Ainensten e Mauro também dirigem uma locadora de veículos, a Fast Automotive, que tem contratos com o governo. Os mais recentes, incluindo aluguéis de carros blindados ao Ministério da Cidadania, somam R\$ 6,1 milhões. Os sócios não retornaram os contatos do GLOBO.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24653566-eb5-3cf/FT1086A/652/xainesten-mascarenhas.jpg.pagespeed.ic.pFMni82ZrC.jpg>

A Meirelles Mascarenhas tem como sócios os empresários Ainesten Espírito Santo Mascarenhas
Foto: Reprodução

Ainesten, de 63 anos, costuma compartilhar em suas redes sociais vídeos alinhados às pautas defendidas por Bolsonaro. Os compartilhamentos incluem críticas a ações do Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito

das fake news e à cobertura da imprensa sobre a pandemia da Covid-19.

Dnit: "Rito legal"

Contratada por cerca de R\$ 66 milhões para a recuperação de parte do "trecho do meio" da BR-319, a construtora firmou dois aditivos com o Dnit, em maio, que elevaram o valor total dos dois contratos para R\$ 148 milhões.

Neste ano, a construtora também venceu três pregões para intervenções na BR-230, a Transamazônica. As obras incluem praticamente toda a extensão da rodovia no Amazonas, incluindo o ponto em que ela cruza com a BR-319. Somados, os contratos beiram os R\$ 130 milhões.

O Dnit disse que a contratação seguiu o "rito legal" e que os aditivos foram firmados dentro dos "parâmetros legais estabelecidos". O departamento garantiu ainda que as ações de manutenção do "trecho do meio" atenderam aos acordos com os órgãos ambientais. Por fim, o Dnit afirmou que cumpre o "papel de propiciar infraestrutura adequada à população do país".

Fonte : O Globo - RJ
Data : 22/09/2020

FUX SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DE REFINARIAS DA PETROBRAS

STF analisa se empresa pode se desfazer de subsidiárias sem autorização do Legislativo. Não há data para nova sessão no tribunal

Por Marcello Corrêa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24644025-739-57d/FT1086A/652/xfux.jpg.pagespeed.ic.jvxEULYH1q.jpg>

Luiz Fux suspende julgamento, mas três juízes já se manifestaram a favor de conceder uma liminar para interromper as privatizações das refinarias Foto: Jorge William/Agência O Globo

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu nesta terça-feira, o julgamento sobre a possibilidade de venda de refinarias da Petrobras sem autorização do Congresso. A Petrobras está se desfazendo de suas refinarias para reduzir seu endividamento e focar no pré-sal.

A companhia já comunicou ao mercado que recebeu propostas para a venda da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645669-e83-225/FT1086A/652/x89636314_BAHIA-14-12-2017-Refinaria-Landulpho-Alves-MataripeRLAM-localizada-no-municipio-deSao-Fra.jpg.pagespeed.ic.7L0DG10HyA.jpg

*A Landulpho Alves (RLAM), primeira refinaria do país, está localizada no município de São Francisco do Conde, na Bahia
Foto: Saulo Cruz / MME*

Lewandowski e Marco Aurélio Mello. Todos se posicionaram a favor de conceder uma liminar para suspender as privatizações.

A discussão chegou à Corte por meio de um pedido de liminar protocolado pelas mesas da Câmara e do Senado, que acusam a estatal de burlar a autorização do STF para que empresas públicas vendam subsidiárias sem a necessidade de aval do Legislativo, como determina a Constituição.

Na avaliação dos técnicos do Congresso, a venda de subsidiárias funcionaria como uma espécie de "privatização branca" pela qual o governo estaria se desfazendo aos poucos dos ativos da empresa-mãe, cuja privatização ainda depende de votação no Parlamento.

Ainda não há data para a retomada do julgamento.

*Fonte : O Globo - RJ
Data : 22/09/2020*

AMAZÔNIA: GOVERNO PODE RETALIAR PAÍSES QUE BOICOTAREM PRODUTOS BRASILEIROS, DIZ HELENO

Ministro diz que incêndios no Pantanal são acidentais e que querem 'derrubar Bolsonaro'. Presidente diz na ONU que país vive campanha de desinformação

Por Victor Farias

BRASÍLIA — O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, afirmou nesta terça-feira que o Brasil pode retaliar países que adotem políticas de boicotes a produtos brasileiros por questões ambientais. Também ressaltou que as queimadas na Amazônia têm um fator criminoso, mas defendeu que incêndios no Pantanal foram acidentais.

A declaração foi feita pouco antes do discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU). Bolsonaro disse que o país vive uma campanha de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

Os dois biomas vêm registrando aumento de queimadas e desmatamento. E o Brasil vem sendo alvo de críticas por ONGs, empresas e investidores por não conter o desflorestamento.

Heleno também afirmou que a Alemanha é "um (país) que valia a pena", devido ao consumo de produtos alemães pelo Brasil. Ironicamente, o país lidera um grupo de oito países que enviou carta ao vice-presidente Hamilton Mourão cobrando ações de combate ao desmatamento na Amazônia.

No documento, também assinado por Noruega, Suécia, entre outros, os governos desses países dizem que o avanço do desflorestamento dificulta a compra de produtos brasileiros.

— [Retaliar] é uma medida que, obviamente, pode estar na mira do governo brasileiro, só que é aquele negócio: você já comprou uma coisa finlandesa, norueguesa, sueca? Eu não me lembro de ter na minha casa esses produtos — disse.

O jornalista da Rádio Bandeirantes, então, afirmou: "Alemã já".

— Não, Alemanha tem muita coisa. Esse é um que valia até a pena, mas eu não quero citar países, eu tenho muito medo de criar um problema diplomático e ser injusto até — completou Heleno.

Os oito países que assinam a carta compraram, de janeiro a agosto deste ano, cerca de US\$ 6,7 bilhões em produtos do agronegócio do Brasil. As importações são, principalmente, de insumos para a indústria e para o agronegócio, o que limita o poder de represália a eles.

O ministro do GSI defendeu a atuação do governo de Jair Bolsonaro na preservação do meio ambiente, citando a "pequena fortuna" gasta com operações contra queimadas durante a pandemia.

Ação contra garimpos

Ele citou ainda a produção energética brasileira, que tem grande participação de energias renováveis, além das atuações de militares na Amazônia. Heleno também defendeu que era preciso investir em inteligência para ir atrás dos donos do garimpo, e não dos garimpeiros.

— Temos que criminalizar esse delitos, temos que ter condições de inteligência para ir atrás de quem é o dono do dinheiro, não é o pobre coitado do garimpeiro que tá lá, ralando e tentando sobreviver.

E continuou:

- É o camarada que tá por trás, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, comandando esses escravos, muitas vezes é um trabalho escravo, estão lá se sacrificando na ponta da linha e acabam sendo criminalizados, acabam tendo prejuízos, e esses caras estão protegidos — disse.

'Trabalho nefasto'

Heleno voltou a dizer que existem países e instituições interessados em tirar Bolsonaro do poder. Ele defendeu que o governo tome medidas legais contra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e disse que o governo estava "levantando dados dessa instituição".

— A minha opinião é que nós temos que ir para cima, sim. Estamos levantando dados dessa articulação dos povos indígenas brasileiros, até porque acho que eles não tem nem CNJP, então nós estamos buscando realmente qual é a missão deles, quais são seus verdadeiros objetivos para, se for o caso, mover uma ação contra esse trabalho nefasto que eles fazem — disse.

Questionado quais países estariam interessados em prejudicar o Brasil, Heleno disse que "fica difícil citar os países", já que ele não queria criar uma crise diplomática, mas afirmou que as pessoas bem informadas "tem na cabeça quais são esses países".

— É lógico que as pessoas que leem jornal, que são bem informadas, têm na cabeça quais são esses países. Não cabe a nós, do governo, citar esses países, que eu vou criar um problema diplomático internacional. Eu também não vou botar minha cabeça a prêmio, porque não vale a pena. Eu ando sem segurança, a gente não pode exagerar — afirmou.

Segundo Heleno, as pessoas interessadas em derrubar o presidente Bolsonaro "não admitem alternância de poder" e nunca imaginaram que ele pudesse ganhar a eleição.

— Se surpreenderam com a vitória dele, aí resolveram: "isso aí a gente derruba em um mês". Os meses estão passando, e a popularidade do presidente está crescendo. Ele está fazendo um governo maravilhoso? Não, é difícil fazer um governo maravilhoso, nós temos problemas sérios, é um país de 8,5 milhões de km², com diferenças regionais marcantes, só que ele vai atrás, corre — disse.

Incêndios no Pantanal

Após ressaltar que as queimadas na Amazônia têm um fator criminoso, Heleno defendeu que incêndios no Pantanal foram acidentais.

— Acidentes que acontecem em qualquer país do mundo, alguns acidentes evitáveis? Sim, curto-circuito da rede elétrica é evitável? É, mas é acidente. Ninguém foi lá tacar fogo — comentou, acrescentando:

— Interessa espalhar no mundo que aqui se taca fogo no mato para plantar, se taca fogo no mato para criar gato.

O ministro defendeu que o código florestal brasileiro é "muito bem feito" e que foi discutido amplamente. Ele também citou a longa estiagem que o bioma passou neste ano.

— Esse código florestal tem sido respeitado por grande parte dos produtores rurais. Um número significativo dos produtos rurais não tem nada a dever ao código florestal — disse.

— [Temos que] fazer as coisas de maneira honesta e assumir a culpa daquilo que é nossa culpa e tratar as coisas que são acidentais como coisas acidentais. Nós tivemos este ano a maior temporada de estiagem talvez de muitas décadas no Pantanal. Você acha que o plantador, o produtor do Pantanal quer quase que incendiar a casa dele? Então são coisas assim que não têm cabimento — acrescentou.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/09/2020

ULTRA E RAÍZEN DISPUTAM REPAR, REFINARIA QUE PETROBRAS PÔS À VENDA NO PARANÁ

Estatual informou ao mercado que recebeu duas propostas muito parecidas e resolveu abrir nova rodada de negociações

Por Ramona Ordoñez



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24652273-36b-9fc/FT1086A/652/xWhatsApp-Image-2020-09-21-at-19.33.40.jpeg.jpg.pagespeed.ic.4Hox_tRZCD.jpg

*Repar, refinaria que a Petrobras quer vender no Paraná
Foto: Silvio Aurichio / Divulgação/dezembro de 2012*

RIO - Dois grupos estão na disputa para a compra da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, um dos ativos que a Petrobras pôs à venda para reduzir seu endividamento. São os grupos Ultra, dono dos postos Ipiranga, e Raízen, associação de Cosan e Shell, de acordo com fontes.

Os dois grupos foram os que apresentaram as melhores propostas para a aquisição da refinaria à estatal. No entanto, como os valores das oferetas foram muito próximas, as Petrobras decidiu realizar uma nova rodada de negociações para recebimento de novas propostas vinculantes (ou seja, já com os valores de oferta pelo ativo) das duas postulantes.

A informação foi comunicada pela estatal ao mercado em Fato Relevante. De acordo com executivos próximos a estatal, o prazo para a entrega das novas ofertas pela Repar se esgota em 15 de outubro.

A Petrobras informou ainda que as empresas que participam das negociações em torno da Repar são Ultrapar, veículo de investimentos do Grupo Ultra, Raízen e China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec).

A estatal não revelou quais são as duas empresas finalistas, mas fontes informaram que são Ultrapar e Raízen. A chinesa ficou fora da disputa.

A Petrobras já está em fase de negociações com o fundo de Abu Dabi Mubadala para vender a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, a primeira do país, que completou 70 anos na semana passada. A expectativa é de o negócio ser fechado até o fim deste ano.

As negociações entre a Petrobras e os grupos investidores interessados em suas refinarias acontece no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando o pedido para suspensão das vendas de suas refinarias sem aval do Legislativo feito pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Nesta segunda, a Petrobras teve novo voto contrário à continuidade de processos em curso para venda de suas refinarias, proferido pelo ministro Ricardo Lewandowski.

O STF deverá decidir até 25 de setembro sobre a negociação das refinarias, após pedido das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso para suspensão das transações. O relator, ministro Edson Fachin, iniciou a análise do caso na sexta-feira passada com voto pela paralisação das privatizações.

Ao pleitear no STF uma liminar contra as privatizações, as mesas legislativas argumentaram que a Petrobras estaria fatiando ativos em subsidiárias, cuja desestatização não depende de aprovação parlamentar, para “contornar” uma decisão anterior do STF que vetou a venda de “empresas-mãe” sem aval do Congresso.

No comunicado ao mercado a Petrobras destacou que, de acordo com a sistemática de desinvestimentos da companhia, só está prevista a divulgação ao mercado das etapas de teaser, início da fase não-vinculante, início da fase vinculante, celebração de acordo de exclusividade (quando aplicável), assinatura e fechamento dos contratos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/09/2020

VENDAS COM NOTA FISCAL ELETRÔNICA CRESCEM 13,4% EM AGOSTO E INDICAM RETOMADA DA ECONOMIA

Impostos voltaram a ser cobrados pela União no mês passado, após adiamento em abril. Secretário não descarta novo alívio nos tributos

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA - O volume de vendas com emissão de nota fiscal eletrônica registrou alta de 13,4% em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo dados da Receita Federal obtidos pelo GLOBO.

De acordo com o relatório, a média diária de operações chegou a R\$ 26,8 bilhões no mês passado. Os números são um sinal do nível da atividade no mês em que o Fisco voltou a cobrar impostos suspensos desde abril.

O secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, avalia que o balanço mostra sinais de recuperação em todos os setores, mas não descarta a adoção de novas medidas pelo Fisco para conceder algum alívio extra no fim do ano.

O movimento de notas fiscais eletrônicas capta principalmente operações entre empresas e vendas no comércio eletrônico. Não estão no balanço as notas emitidas em lojas físicas do varejo, por exemplo, que são contabilizadas pelos estados. A alta registrada em agosto foi a terceira seguida, na comparação anual.

Segundo Tostes, embora esses números captem apenas uma parte das vendas realizadas no país, a expectativa é que haja um reflexo da retomada na arrecadação de tributos federais que incidem sobre as vendas, cujo relatório ainda está sendo fechado pelo Fisco.

— Esse banco de dados que nós apresentamos aqui não representa o todo, mas uma parte importante. E como nós estamos vendo que essa parte, que é importante, está apresentando uma recuperação econômica, evidentemente isso terá que estar relacionado com arrecadação, principalmente dos tributos que incidem sobre as vendas — disse o secretário.

Em abril, o governo adiou por três meses os prazos para pagamentos de tributos federais, como o PIS/Cofins e a contribuição previdenciária. Assim, a parcela que deveria ter sido paga naquele mês — o mais crítico desde o início da pandemia — venceu em agosto.

O relatório que será divulgado registrará, portanto, o primeiro teste sobre o fôlego dos contribuintes para continuar pagando impostos sem a ajuda federal.

Nos últimos meses, especialistas têm questionado se a recuperação econômica será forte o suficiente para garantir que as empresas continuem a operar mesmo com a volta das obrigações tributárias.

Em junho, relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) chegou a prever nas simulações que o governo precisaria lançar algum tipo de programa de refinanciamento.

‘E-commerce’ subiu 46,8%

Questionado sobre a necessidade de ações adicionais, Tostes não descartou a possibilidade e disse que será necessário mais tempo para avaliar a capacidade de pagamento das empresas.

— Como nós não fechamos toda a avaliação, não temos como concluir de forma definitiva se esses números apontam que não será necessária alguma medida especial. No âmbito dos estados, a arrecadação já apresenta níveis compatíveis com a normalidade. No âmbito federal, como houve diferimento, precisaremos ao menos de uns dois meses para que a gente possa ter uma avaliação mais precisa do resultado e sobretudo dos impactos que possam ter causado alguma variação na arrecadação — disse o secretário.

O balanço da Receita reforçou ainda a tendência de alta nas vendas pela internet. Em agosto, o crescimento frente ao mesmo mês de 2019 foi de 46,8%, para R\$ 680 milhões.

— Diria que é um período ainda curto para assegurar a consolidação de tendências, mas há fortes evidências que essa é uma das mudanças de comportamento provocadas pela pandemia que veio para ficar — afirmou Tostes.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 22/09/2020

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

G-20: REFORMA DA OMC COM NOVO DIRETOR DEVE SERVIR A TODOS, DIZ MINISTRO SAUDITA

“Esperamos que o próximo diretor-geral da OMC possa reformar para encontrar as necessidades de todos os países”, disse Majid Al Qasabi, ministro do Comércio saudita, sobre a sucessão na Organização Mundial do Comércio. A afirmação ocorreu em entrevista nesta terça-feira, 22, após a reunião entre ministros do Comércio e Investimento do G-20, liderada pela Arábia Saudita, que, segundo Qasabi, projeta esforços para uma sucessão na OMC “olhando para o futuro”.

Sobre as ameaças ao comércio global, o ministro indicou que o G-20 é “uma plataforma onde os países tem comunicação, o que é o propósito das reuniões”, e que apoia o “consenso”, inclusive EUA e China. Segundo Qasabi, o interesse de todos tem de se sobrepor aos individuais, e no momento a prioridade é salvar vidas. O foco foi confirmado pelo ministro saudita de Investimentos, Khalid al Falih, que colocou a saúde à frente da retomada econômica.

Citando que o comércio global deve cair 10% em 2020 na comparação anual, Falih indicou que “não é apenas olhar os números, mas que tipo de empregos estão criando” na recuperação. Dentre as áreas com maior enfoque para investimentos, o ministro indicou biotecnologia, revolução 4.0, internet das coisas e inteligências artificial. Falih afirmou que há grande interesse em nações em desenvolvimento, que podem receber apoio em áreas como suporte técnico, visando a retomada.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/09/2020

‘BOLSONARO APOIA REFORMAS DE GUEDES’

Agora na XP, economista que deixou o governo acredita que pilares da reforma sustentam a equipe econômica

Por Caio Megale, Aline Bronzati Thaís Barcellos



<https://i.prcdn.co/img?regionKey=7ytrghIDUp1E%2bwk2ByN4fw%3d%3d>

Espaço. Caio Megale diz que deixou governo por motivos pessoais; ele afirma que os gastos sociais têm de caber no ‘teto’

Uma das baixas do desfalcado Ministério da Economia, Caio Megale acredita que os pilares das reformas ainda sustentam o time do ministro Paulo Guedes mesmo que o movimento de debandada não tenha cessado, ao contrário. Na sua opinião,

mudam as peças, em alguns casos com substitutos até mesmo melhores que os anteriores, mas não a direção.

“O ministro Paulo Guedes continua com uma relação bastante próxima e de confiança com o presidente, que continua acreditando e apostando na linha de reformas do ministro”, afirma, em entrevista exclusiva Estadão Broadcast, a primeira desde que assumiu o cargo de economista-chefe da XP Investimentos. “Eu não vejo mudança desse cenário em que pese algumas peças, que por razões diferentes, tenham sido substituídas.”

Abaixo, os principais trechos da entrevista

- **Por que o senhor deixou a equipe econômica?**

Minha saída foi uma questão muito pessoal. Somados os tempos de governo federal e prefeitura já eram quase quatro anos. Desde o começo do ano, eu vinha amadurecendo essa ideia, de que estava chegando o ponto em que eu dei minha contribuição. Parecia uma fase da minha vida, pelo meu momento profissional, uma boa hora para voltar e retomar a carreira no setor privado. Afinal, eu não sou um servidor de carreira.

• **O senhor não estava satisfeito com o andar da carruagem?**

Tiveram alguns integrantes que verbalizaram isso, como o Salim Mattar, que estavam descontentes com o avanço das políticas e as dificuldades que eles encontraram. Eu não faço parte desse grupo. De fato, senti que o ciclo estava completo. Na volta, comecei conversas no setor privado. A XP me pareceu o desafio mais interessante e que mais casa com o meu perfil e as coisas com as quais eu acredito.

• **A equipe econômica está sofrendo consecutivas baixas. Você é um. Hoje, quem mais pode ampliar a chamada debandada?**

Uma coisa que eu achei interessante foram as substituições que o ministro [da Economia, Paulo Guedes] fez. Os sucessores do Mattar e do Paulo Uebel, Diogo Mac Cord e Caio tinham perfis muito parecidos, capacidade técnica, em alguns casos até melhor. É natural, especialmente em uma equipe grande, que alguns saiam e outros entrem por uma razão ou outra, mas novos integrantes têm sido sempre em um nível bastante forte e em linha com o direcionamento de política econômica que o ministro Paulo Guedes tem colocado. Ainda que aconteçam novas substituições, a tendência é que o ministério continue focado naquelas linhas mestras de reformas.

• **Mas o Mattar e o Uebel saíram atirando na dificuldade que se tem de trabalhar no governo. Novas baixas podem ser um golpe próximo a um nocaute de Guedes?**

Os pilares das reformas vão continuar a despeito das mudanças que tiveram na equipe e das próprias discussões no Congresso e no governo. Isso me sugere que o ministro Paulo Guedes continua com uma relação bastante próxima e de confiança com o presidente [Jair Bolsonaro], que continua acreditando e apostando na linha de reformas do ministro. Eu não vejo uma mudança desse cenário em que pese algumas peças, que por razões diferentes, tenham sido substituídas.

• **O mercado teme que as reformas tenham ido para o espaço. Como o senhor vê o futuro dessa agenda?**

A agenda está posta. As reformas estão no Congresso. A chave vai ser a capacidade do governo de mostrar ao Parlamento que essa agenda é importante da maneira como está posta e que seja aprovada.

• **Com o Renda Brasil na geladeira, o governo pretende fazer cortes bilionários nos ministérios para turbinar o Pró-brasil, inclusive com risco de inviabilizar ações sociais. Só importa a popularidade para o presidente?**

Um novo programa como o Renda Brasil ou um Bolsa Família mais incrementado parece bastante necessário, dada a desigualdade de renda muito significativa no Brasil. O que não está maduro é como o programa será financiado. Tem de caber no teto de gastos. Nós já estamos no vermelho. Se incluirmos mais gastos, esse déficit tende a ser maior e deve haver desconfiança sobre a capacidade de pagar essa dívida. As taxas de câmbio, o risco país, e a expectativa de inflação tendem a subir. Inflação mais alta e economia desorganizada acabam corroendo este ganho de renda dado pelo programa.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/09/2020

ARCELORMITTAL TUBARÃO RELIGARÁ TERCEIRO ALTO-FORNO A PARTIR DE OUTUBRO

A ArcelorMittal Tubarão informou nesta terça-feira, 22, que fará o religamento do seu terceiro alto-forno, parado desde abril deste ano por conta do cenário econômico desfavorável. A volta do equipamento, no momento em fase de limpeza e pequenas manutenções necessárias para retomar sua operação, deverá ocorrer a partir da segunda semana de outubro, informa.

Em nota, a empresa explica que o religamento é uma decisão estratégica diante da aparente tendência de recuperação pela qual o setor vem passando. “Embora ainda seja cedo para avaliar os próximos cenários, incluindo se haverá retomada e se ela será sustentável, a empresa quer estar preparada para uma maior e mais rápida flexibilização operacional, caso o mercado continue respondendo positivamente”, diz.

Com a volta da operação do equipamento, que tem capacidade nominal de 2,8 milhões de toneladas por ano, a ArcelorMittal Tubarão seguirá operando seus três altos-fornos com suas capacidades reduzidas, visando atender os clientes que começam a retomar gradualmente o consumo, e para garantir a otimização operacional da unidade.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/09/2020

ENERGIA SOLAR NO BRASIL CRESCE MAIS DE CINCO VEZES EM DOIS ANOS; VEJA COMO FUNCIONA

Instalação do sistema de captação solar é simples, mas preço para compra dos equipamentos pode ser obstáculo

Por Felipe Siqueira , O Estado de S.Paulo

Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), de 2018 para cá, a quantidade de MegaWatts de energia solar instalada no Brasil já cresceu mais de cinco vezes - deu um salto de 588,7 MW para 3 mil MW (ou 3 GW) até julho deste ano, o que representa uma variação de 410%. Atualmente, há 255 mil sistemas instalados no País, sendo que 72,4% do total estão em residências de pessoas físicas.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/5/1548122396958.jpg>

Placas fotovoltaicas instaladas em residência em Alphaville, Barueri, região da Grande São Paulo Foto: Daniel Teixeira/Estadão

O fundador da empresa especializada SolFácil, Fábio Carrara, acredita que o interesse pela tecnologia, crescente nos últimos anos, só deve aumentar. “Desde 2015 e 2016, avança todo ano. A energia solar dá sensação de liberdade. O consumidor pode economizar, ter controle sobre o custo da energia dele”, diz.

Como ter um sistema de energia solar em casa?

O interessado vai contratar uma empresa especializada que vai calcular a quantidade de módulos fotovoltaicos, comumente chamados de placas solares, necessária para suprir a demanda energética do imóvel. Assim que esse estudo for concluído é feita a instalação do sistema, formado por duas partes principais: os módulos, cuja quantidade varia de acordo com a necessidade de energia, e o inversor.

Como funciona o sistema de energia solar?

Os módulos, geralmente instalados no telhado do imóvel, captam a luz solar para geração de energia - a fonte de geração de energia não é o calor do sol, mas, sim, a luz.

A energia produzida pelos painéis está em corrente contínua, usada em pilhas e baterias de smartphones, por exemplo. As tomadas de uma casa, porém, utilizam corrente alternada. Quem faz essa conversão, de corrente contínua para corrente alternada, é o inversor, aparelho que trabalha junto dos módulos. Depois dessas duas etapas - a captação da luz solar e a conversão em corrente alternada -, a energia está pronta para uso. A distribuidora de energia da região participa de três etapas da instalação do sistema na residência: instala o relógio bidirecional, que vai medir o que entra e o que sai de energia elétrica no imóvel; faz a vistoria de regras de segurança; e a ligação do sistema.

Em São Paulo, por exemplo, que presta esse serviço é a Enel-SP. A distribuidora, explica Fábio Carrara, da SolFácil, vai trocar o relógio da residência. Normalmente, o equipamento de medição de uma casa que recebe energia da rede só faz a leitura do que entra na residência. Quando se instala o sistema de energia solar, é necessário saber quanto do que foi produzido está sendo enviado para a rede da distribuidora como excedente.

Há casos em que é necessário trocar o padrão de entrada, que faz a conexão da residência com a rede de energia, mas isso não mexe na fiação interna da casa. De acordo com o presidente executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia, isso não é comum.

Independentemente do consumo, o custo de utilização da rede de energia continua sendo pago. Além disso, caso a produção de energia pelo sistema solar não alcance a necessidade de consumo da casa, a diferença será paga, pois a energia disponibilizada pela distribuidora foi utilizada. Por exemplo, em uma casa em que foram utilizados 500 KW no mês e a produção ficou em 300 KW, a tarifa seria cobrada em cima dos 200 KW consumidos da rede. O custo de disponibilidade da rede custa entre 30 KW/h/mês, 50 KW/h/mês ou 100 KW/h/mês, conforme o tipo da energia da casa - se é monofásica, bifásica ou trifásica. Como os consumidores residenciais costumam estar ligados à rede monofásica, o custo ficaria em 30 KW/h/mês. O valor varia de acordo com a distribuidora.

Quanto custa a instalação de um sistema de energia solar doméstico?

De acordo com Rodrigo Sauaia, gerar energia pelos módulos é mais barato do que comprar pela rede. Porém, antes de se decidir pela mudança de geração o consumidor deve considerar o custo de instalação do sistema. “Nos últimos dez anos, o preço da tecnologia caiu mais de 85%. A energia elétrica vem aumentando, puxa a inflação, e a fotovoltaica cai”, afirma. “Além de ser mais barata, é limpa e sustentável.”

O custo de instalação do sistema varia de R\$ 25 mil a R\$ 30 mil para uma casa de tamanho médio a grande. Uma residência média brasileira, com quatro pessoas, com consumo em torno de 190 KW/h por mês, vai precisar de sistema que custa entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, segundo Sauaia. Com o sistema de energia solar, o valor pago pelo consumidor para a distribuidora de energia elétrica será reduzido em cerca de 80%, de acordo com a Absolar.

Para quem não tem condições de fazer o investimento inicial à vista, há linhas de financiamento para a energia solar, com prazos que variam de 5 a 10 anos para o pagamento. Segundo a Absolar há cerca de 70 linhas de financiamento específicas para o setor, em bancos privados e públicos.

Em quanto tempo o consumidor residencial consegue ter um retorno do investimento?

O tempo de retorno estimado desse investimento fica entre 4 e 7 anos, segundo cálculos da Absolar. A durabilidade de todos os equipamentos, pela garantia, costuma ser de 25 anos.

Como é feita a manutenção das placas solares?

Segundo Rodrigo Sauaia, da Absolar, se o equipamento estiver em um bom ângulo de inclinação, a própria chuva se encarrega da limpeza das placas. As empresas que fazem a instalação do sistema também dão esse tipo de suporte. Depois de um período de 10 a 15 anos da instalação,

será preciso fazer uma vistoria do inversor. Se for necessário trocá-lo, o custo fica em torno de 30% do total gasto no sistema, explica o especialista.

Valorização do imóvel

De acordo com especialistas, a tecnologia solar também ajuda a valorizar o imóvel em uma eventual venda. É possível, quando o morador mudar de casa, retirar o equipamento para instalação em outro imóvel, mas, pelo acréscimo no valor da propriedade por causa da tecnologia já instalada, pode valer a pena deixar o equipamento e comprar outro, até mais moderno, no próximo endereço, diz Sauer. *Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

Data : 22/09/2020

REFORÇO PARA O RENDA BRASIL PODE VIR DE CORTES NA MÁQUINA PÚBLICA

Bolsonaro tem sido aconselhado pela sua equipe a rever os custos com os servidores ou a condicionar o gasto com o programa à aprovação de novas medidas, como a criação de um imposto nos moldes da CPMF

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro tem sido aconselhado a cortar na “carne” despesas que podem contribuir para reforçar o Renda Brasil, programa social do governo que vai substituir o Bolsa Família e deve receber outro nome. A avaliação é de que ainda há “gordura” nos custos com a máquina administrativa e com servidores que pode ajudar a aumentar o espaço no Orçamento para a área social, principalmente depois da pandemia da covid-19, segundo apurou o Estadão.

Uma das propostas em análise é também criar o novo programa condicionando o gasto à aprovação de novas medidas. Isso daria mais tempo para o Congresso discutir o reforço no Bolsa Família com mais beneficiários e recursos. Esse mecanismo de despesa condicionada já foi utilizado para o cumprimento da chamada “regra de ouro”. Prevista na Constituição, essa regra impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e custeio da máquina.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/7/1600736542073.jpg>

Deputado Ricardo Barros é hoje um dos principais interlocutores de Bolsonaro. Foto: Gabriela Biló/Estadão

O Executivo envia um crédito adicional orçamentário para o Congresso com fontes condicionadas às medidas de corte de gastos. Até agora, o Renda Brasil só pode contar com R\$ 34,9 bilhões previstos para o Bolsa Família em 2021 na proposta de Orçamento enviada pelo governo. O valor é maior que os R\$ 29,5 bilhões previstos inicialmente no Orçamento deste ano, mas

insuficiente para fazer a transição do auxílio emergencial que acaba em dezembro, num cenário de aumento da pobreza e fome.

Com o argumento do presidente de não “tirar do pobre para dar ao paupérrimo”, os defensores de corte de gastos avaliam que há espaço para reduzir custos com contratação de mão de obra terceirizada, funcionalismo, incluindo auxílio alimentação, viagens, treinamentos e também penduricalhos que reforçam os salários mais altos da administração pública.

A contratação de mão de obra, por exemplo, tem um gasto de R\$ 5 bilhões por ano. O auxílio alimentação representa um custo de R\$ 4,3 bilhões nos três Poderes da União. Uma das ideias

que circularam é suspender o auxílio alimentação para quem ganha acima de três salários mínimos.

“Em momentos de dificuldade como agora, qualquer administrador da iniciativa privada, em primeiro lugar, negocia redução de custos com fornecedores e corta outros gastos, como contratação de terceirizados, aluguel de imóveis, treinamento e auxílios”, diz o ministro Bruno Dantas do Tribunal de Contas da União (TCU), que acompanha as discussões do Orçamento e defende o diálogo do Executivo com Judiciário e Legislativo para a definição dessas medidas de corte.

CPMF

Apesar de o presidente Bolsonaro ter afastado o congelamento dos benefícios previdenciários, a ideia de desindexação e desvinculação ainda é uma trunfo em discussão para o governo para ajudar no Renda Brasil. Essas medidas seriam incluídas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo.

Em live para o mercado financeiro organizada pelo economista José Marcio Camargo da Genial Investimento, o líder do governo da Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), deixou claro, no final da semana passada, que a proposta não morreu e que, se não houver a desindexação, não haverá recurso novo para o Renda Brasil.

Barros procurou na live desvincular a criação do Renda Brasil do novo imposto em estudo no governo com base de arrecadação muito semelhante à da extinta CPMF para financiar a desoneração.

Segundo ele, o pacto federativo, a desvinculação e desindexação financiam o Renda Brasil e o novo imposto de transações digitais bancaria a desoneração da folha.

O líder, que é hoje um dos principais interlocutores políticos do presidente, chegou a dizer que Bolsonaro tem o “desejo” de desonerar a folha para aumentar os empregos e que o objetivo do governo era zerar os encargos das empresas para os trabalhadores que ganham até um salário mínimo, reduzir a contribuição previdenciária de 20% para 10% e aumentar o limite de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil, proposta defendida pelo ministro Paulo Guedes.

Mensagens com a gravação da entrevista foram disparadas pelo celular no final de semana. Entrou no radar o novo tributo ser transitório, como foi a CPMF.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/09/2020

NO RIO, 47 CIDADES DECIDEM ADERIR À CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Com investimento previsto de R\$ 29,4 bilhões, leilão coordenado pelo BNDES deve ocorrer no início do ano que vem

Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Uma adesão de última hora elevou para 47 o número de municípios que aderiram formalmente à concessão dos serviços de água e esgoto do Estado do Rio, maior projeto de investimento em infraestrutura do País, cujo leilão deverá ocorrer em janeiro ou fevereiro de 2021. O grupo integra as 64 cidades hoje atendidas pela Cedae, estatal de saneamento básico.

Com 47 municípios, em vez de 64, o investimento total na concessão cai para R\$ 29,4 bilhões, ante os R\$ 33,5 bilhões previstos no desenho original, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que coordena a estruturação do projeto.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/8/1600738225088.jpg>

Grupo integra as 64 cidades hoje atendidas pela Cedae, estatal de saneamento básico do Rio. Foto: Cedae/Divulgação

Na sexta-feira passada, quando encerrou o prazo para a adesão dos municípios, após a prorrogação por uma semana, o governo do Estado do Rio anunciou que o projeto estava fechado com 46 cidades. Itaocara e Laje do Muriaé, no noroeste do Estado, e Piraí, no Vale do Paraíba, tinham sido as últimas a aderir, conforme balanço divulgado no fim da tarde daquele dia. Só que Carapebus, cidade 18 mil habitantes no norte do Estado, foi a 47ª da lista.

Previsões

Os investimentos previstos em Carapebus somam R\$ 100 milhões durante todo o período de concessão. Em termos de aportes previstos, as ausências de Teresópolis (R\$ 711 milhões), na região serrana, Angra dos Reis (R\$ 701 milhões), no litoral sul, e Macaé (R\$ 508 milhões), no litoral norte, foram as principais ausências. No total, os 17 municípios que ficaram de fora receberiam investimentos somados de R\$ 4,2 bilhões, conforme o BNDES.

Após uma reunião com representantes do BNDES na sexta-feira, o governo fluminense reafirmou a meta de lançar o edital de concessão no fim de outubro. Assim, o leilão para selecionar o operador privado ficaria para janeiro ou fevereiro de 2021, como havia dito o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Marcelo Lopes, em entrevista ao Estadão/Broadcast no início do mês.

Procurado, o BNDES informou que os técnicos agora trabalham no desenho final do edital de concessão. Além do número final de cidades inseridas no projeto, serão incorporadas as sugestões feitas por representantes do mercado e da sociedade civil ao longo do período de consulta pública.

O desenho final não terá alteração em relação ao modelo original, que parte da divisão das cidades em quatro blocos, num formato de “subsídio cruzado”, comumente chamado no mercado de “filé e osso”. Além dos municípios, a capital fluminense também foi dividida em quatro. Assim, os quatro blocos serão formados, cada um, por um “filé” da capital (maior parte da receita com tarifas) e um “osso” das regiões mais pobres (população menor, com menos receita). Um mesmo operador pode arrematar mais de um bloco.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 22/09/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRÓLEO FECHA EM ALTA, APÓS FORTE QUEDA NA VÉSPERA

Os contratos futuros do WTI para outubro fecharam em alta de 0,73%, a US\$ 39,60 o barril, e os do Brent para novembro subiram 0,67%, a US\$ 41,72 o barril

Por Valor, com Dow Jones Newswires — São Paulo

O petróleo fechou a terça-feira (22) em ligeira alta, buscando recuperar algumas de suas perdas após forte queda na sessão anterior, quando foi pressionado pela perspectiva de novas medidas de restrição à atividade econômica na Europa, diante do aumento de casos de covid-19.

Os contratos futuros do West Texas Intermediate (WTI) para o mês de outubro fecharam em alta de 0,73%, negociados a US\$ 39,60 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Já os futuros do Brent para novembro subiram 0,67%, a US\$ 41,72 o barril na ICE, em Londres.



[https://s2.glbimg.com/o6oDpu-g4npMISzH7IYHIg9EK5A=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/z/Z/2VWWUPQAWHvUA5w6KEVQ/ap20113133797776.jpg](https://s2.glbimg.com/o6oDpu-g4npMISzH7IYHIg9EK5A=/0x0:1024x683/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/z/Z/2VWWUPQAWHvUA5w6KEVQ/ap20113133797776.jpg)

Foto : Chris Carlson/AP

Os preços do petróleo estão "apenas tendo uma leve recuperação", disse Michael Lynch, presidente da Strategic Energy & Economic Research, à MarketWatch. Ainda assim, "é possível que vejamos uma queda nos estoques

de petróleo bruto, principalmente devido ao clima da Costa do Golfo", afirmou ao MarketWatch.

A produção de petróleo no Golfo foi atingida pelo furacão Laura, que atingiu o continente no final de agosto, e depois pelo furacão Sally na semana passada. Na segunda-feira, 8,36% da produção de petróleo do Golfo foi fechada, de acordo com o Bureau of Safety and Environmental Enforcement. A tempestade tropical Beta atingiu a costa do Texas na noite de segunda-feira.

O Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) divulgará seu relatório semanal de estoques de petróleo nos EUA na quarta (23). Analistas consultados pelo "Wall Street Journal" esperam que os estoques no país tenham recuado em 1,2 milhão de barris na semana passada. O Instituto Americano de Petróleo (API, na sigla em inglês), um grupo comercial, divulgará seus próprios números na tarde de hoje.

Embora a recuperação de terça-feira seja bem-vinda para os investidores de petróleo, analistas disseram que a incerteza em torno das perspectivas para a demanda e a oferta provavelmente manterá o mercado em uma faixa estreita no curto prazo.

As medidas "postas em prática para conter a pandemia têm um impacto direto e comparativamente acentuado na demanda de petróleo", disse Barbara Lambrecht, analista do Commerzbank, em nota.

Os pubs britânicos serão obrigados a fechar mais cedo e as pessoas que violarem as regras enfrentarão multas pesadas sob as novas restrições de bloqueio colocadas em vigor para impedir um aumento de novos casos covid-19 no Reino Unido. Outros países europeus também tomaram medidas direcionadas para impedir o aumento de novas infecções.

As preocupações com o abastecimento também permanecem, com as perspectivas de aumento da oferta na Líbia, à medida que um comandante militar que controla a parte oriental do país encerrou um bloqueio de portos.

O retorno das exportações de petróleo da Líbia forçará a Opep + a tomar medidas para compensar esse fornecimento adicional, fazendo cortes correspondentes em outros lugares", escreveu Lambrecht. "Afinal, seu objetivo de reequilibrar o mercado corre o risco de ser prejudicado pelo arrefecimento da demanda de petróleo. Até agora, o mercado de petróleo parece convencido de que o cartel de produção está disposto e capaz de agir".

Até agora, neste mês, os preços do petróleo WTI perderam mais de 6%, enquanto o Brent caiu mais de 7%.

“Como costuma acontecer todos os anos durante o período que separa o verão do inverno, os preços do petróleo bruto recuaram nas últimas semanas”, escreveu Francisco Blanch, estrategista de commodities e derivativos do BofA, em nota recente

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/09/2020

EM DISCURSO NO CNJ, FUX DIZ QUE PAÍS PASSA POR “MAR DE TORMENTAS”

“Mas tenho certeza que estamos muito mais perto do porto do que do naufrágio”, ponderou

Por Isadora Peron, Valor — Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux afirmou nesta terça-feira, em sua primeira sessão como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o país passa por um "momento muito tormentoso", mas que tem certeza que estamos mais perto do "porto do que do naufrágio".

"O momento é fácil? Não. O momento não é fácil. Mas o tempo é sábio e ele sabe que não pode separar o inseparável. Então, quem sabe, os nossos destinos se cruzaram para que, juntos, possamos enfrentar este momento tormentoso. Momento muito tormentoso. Eu diria mesmo um mar de tormentas", disse Fux ao abrir a sessão.

"Tenho a certeza que, com o apoio de todos, sem qualquer demagogia, com a minha maneira simples de trabalhar, nós vamos fazer essa travessia. Mas tenho certeza que nós estamos muito mais perto do porto do que do naufrágio. Que Deus nos ajude", completou.



[https://s2.glbimg.com/Z3OOqI-1DFUZ7Df8wlvoOuyqERU=/0x38:1136x699/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/B/J/3MeoHdSqquKIBPJGZOdQ/foto28pol-211-fux-a9.jpg](https://s2.glbimg.com/Z3OOqI-1DFUZ7Df8wlvoOuyqERU=/0x38:1136x699/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/B/J/3MeoHdSqquKIBPJGZOdQ/foto28pol-211-fux-a9.jpg)

Para Fux, há espaço para que STF intervenha — Foto: Imagem Valor Econômico

Durante o discurso, ele voltou a apresentar os cinco eixos que deverão nortear sua gestão, tanto à frente do CNJ quanto do STF. O primeiro deles é a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, reafirmou.

"O meio ambiente, como direito fundamental de importante envergadura, deve ter um olhar na precaução, de forma a permitir um equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável e a prevenção de riscos ambientais", disse.

Segundo Fux, esse “será muitíssimo importante”, porque o meio ambiente “propulsiona o Brasil no mercado internacional, como elemento primordial na realização de investimentos no país, os quais são necessários para a retomada da economia, em especial no cenário pós-pandemia”.

Ele anunciou a criação, no âmbito do CNJ, do Observatório de Meio Ambiente, que contará com a participação de lideranças nacionais. "A sociedade civil terá, assim, voz para propor iniciativas a serem adotadas por toda a Justiça brasileira em matéria de meio ambiente com repercussão no Poder Judiciário", afirmou.

Os outros eixos são a garantia da segurança jurídica conducente à otimização do ambiente de negócios no Brasil; o combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro; o incentivo ao acesso à justiça digital; e o fortalecimento da vocação constitucional do Supremo.

Fux tomou posse como presidente do STF em 10 de setembro. Na semana passada, ele adiou a sessão presencial que realizaria no CNJ após ser diagnosticado com covid-19. Nesta terça-feira, o ministro, que ainda está em isolamento, conduz a sessão por videoconferência.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/09/2020

MOMENTO É NEGATIVO PARA VENDA DE REFINARIAS DA PETROBRAS, DIZ ANALISTA

Para Rodrigo Leão, coordenador do Ineep, há dúvidas sobre demanda por derivados de petróleo
Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio



[https://s2.glbimg.com/Z86MBsgSK_uIYqrhHs_0MhA-sNDo=/0x0:2039x1176/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/M/v/JvBNiZRIOq5HnX8ShZPA/foto07emp-101-petro-b1.jpg](https://s2.glbimg.com/Z86MBsgSK_uIYqrhHs_0MhA-sNDo=/0x0:2039x1176/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/M/v/JvBNiZRIOq5HnX8ShZPA/foto07emp-101-petro-b1.jpg)

— Foto: Divulgação

A possibilidade de venda de refinarias da Petrobras ocorre em um momento negativo, não somente por incertezas jurídicas relacionadas a modelo de desinvestimento, como também devido às dúvidas sobre a demanda por derivados de petróleo após a pandemia covid-19. A avaliação é do coordenador do Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo (Ineep), Rodrigo Leão.

“São questões que, se não impactam no preço dos ativos, certamente afetam o apetite. Tenho visto um número pequeno de propostas [pelas refinarias]. Temos um cenário muito complexo, não é o momento para a venda”, comenta.

Nesta terça-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu o julgamento virtual sobre a venda de refinarias, para que o tema passe a ser discutido em sessão presencial. Na plataforma eletrônica, os ministros Edson Fachin (relator), Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello já haviam votado para conceder a liminar e proibir a criação de subsidiárias para alienação até o julgamento de mérito da reclamação. A expectativa é que a retomada do julgamento ocorra ainda em 2020.

Na visão de Leão, a decisão de adiar a discussão sobre venda de refinarias cria insegurança jurídica, mas uma maior clareza sobre a definição de “empresa-mãe” será fundamental para o andamento dos negócios, já que a Petrobras não tem uma subsidiária no setor de refino.

Ele não acredita, no entanto, que uma eventual demora na conclusão do processo de desinvestimento atrasará novos investimentos no país.

“Não acredito que a transferência patrimonial para a iniciativa privada terá grandes impactos para o setor de refino. As refinarias se complementam e não vejo muito espaço para um mercado concorrencial que afete os preços [de derivados]. Não vejo mudanças significativas na cadeia produtiva por causa desse processo e não compartilho do argumento de que ele trará grandes investimentos”, explica.

O debate sobre venda de refinarias da Petrobras chegou ao STF a partir do Senado, que alertou para o que chamou de manobra do governo para conseguir vender subsidiárias de estatais sem necessidade de aval prévio do Congresso.

No ano passado, o plenário do STF decidiu que é possível dispensar a autorização legislativa para privatizar subsidiárias, mas não a chamada "empresa-mãe". Como consequência, o governo estaria desmembrando as matrizes com o objetivo único de repassá-las à iniciativa privada.

As discussões ocorrem em meio ao avanço nos processos de venda. Na segunda-feira, a Petrobras confirmou que o processo competitivo de desinvestimento da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, conta com a participação da Ultrapar Participações e de um consórcio liderado pela Raízen.

A companhia também está em discussões com a Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, sobre o contrato para a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia.

Congresso pode impedir venda de algumas refinarias

A venda de algumas refinarias da Petrobras pode se tornar inviável caso o STF decida que os desinvestimentos precisam de aval prévio do Congresso, acredita o sócio-diretor da Leggio Consultoria, Marcus D'Elia.

“O ponto principal é político, há pressão de sindicatos e da oposição ao governo e ao próprio tema de privatizações de maneira geral” , afirma o analista, que estima que a necessidade de aval pode atrasar em até seis meses os processos de venda que de fato se concretizarem.

Para ele, o atraso na abertura do mercado de refino também afetará novos investimentos programados para a área de infraestrutura, que deve se beneficiar da nova dinâmica do mercado. De acordo com o analista, a demora nos desinvestimentos e a possível mudança no modelo de venda também geram insegurança e impactam o interesse do mercado nos ativos.

“A competição no refino vai criar necessidade de uma maior movimentação de produtos entre as regiões do país e isso gera investimentos em instalações, portos e afeta a movimentação por cabotagem, por exemplo. Uma série de agentes estão se preparando hoje para esse novo mercado e estes setores vão arrefecer [com o atraso nas vendas]” , acrescenta D’Elia.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 22/09/2020*

EM NORONHA, ENERGIA DO SOL CARREGARÁ VEÍCULOS

Decreto determina que veículos a combustão devem deixar a ilha até 2030
Por Marli Olmos — De São Paulo

O arquipélago de Fernando de Noronha sempre foi conhecido pela paisagem deslumbrante e pela vida marinha, entre outras belezas. Em breve, será conhecido por ser a primeira região do país a banir carros movidos a combustão e ainda oferecer postos de recarga de carros elétricos com luz solar.

A Renault está envolvida no projeto que vai construir esses postos. O presidente da montadora no Brasil, Ricardo Gondo, diz que não pode, ainda, fornecer detalhes. Mas é difícil manter segredos sobre um tema que o fascina.

O consumidor brasileiro já desconfia que nosso mercado será um dos últimos da fila em termos de expansão da frota de automóveis elétricos. Saíram na frente os países de governos que decidiram conceder bônus para quem trocar o veículo por um movido a eletricidade.

Mas algumas ações têm se destacado. A Renault, que responde por 100 dos 300 carros elétricos já vendidos no Brasil, tem parcerias com os governos do Paraná e do Distrito Federal para uso compartilhado de modelos elétricos por servidores públicos. Em Brasília, por exemplo, os pequenos Twizy ajudam a reduzir o tempo de deslocamento de quem precisa circular na Esplanada dos Ministérios.

No ano passado, a montadora firmou parceria com a administração de Fernando de Noronha, que adicionou seis elétricos na frota. Por meio de um decreto, a partir de 2022, a entrada de novos veículos na ilha será permitida apenas para modelos 100% elétricos. Até 2030 está prevista a retirada dos movidos a combustão que ainda estiverem circulando pela ilha.

Segundo Gondo, mais do que vender carros elétricos, a Renault quer se tornar uma referência em projetos de mobilidade sustentável. A ideia de Noronha, que agora parte para um projeto de carregamento de veículos por meio de energia solar, segue modelos que a montadora francesa já adotou na Europa.

O sistema de compartilhamento e aluguel de veículos elétricos com baterias recarregadas com energia solar já tem sido testada em Bellelle-En-Mer, na costa francesa. Experiência semelhante acontece em Porto Santo, na Ilha da Madeira, em Portugal.

Mas não é preciso estar numa ilha paradisíaca para testar o uso compartilhado dos carros elétricos. Em São Paulo, a Renault tem acordo com a Beepbeep, uma startup que desde meados do ano passado oferece esse tipo de serviço. Total de 30 unidades do modelo Zoe integram a frota, num sistema cujo funcionamento assemelha-se ao do compartilhamento para aluguel de bicicletas e patinetes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/09/2020

EUA E CHINA COMEÇAM A IMPOR SUA LEI AO MUNDO

O avanço da extraterritorialidade é o sinal mais recente do triste declínio da ordem internacional baseada em normas, sob a qual as grandes potências ao menos fingiam obedecer às mesmas regras que todos os demais

Por Gideon Rachman — Financial Times

Uma pequena cidade na Alemanha recebe uma carta de senadores americanos que a ameaçam com “sanções legais e econômicas”. Professores em Oxford e Princeton dizem aos alunos que enviem seus ensaios anonimamente, para se protegerem de uma possível prisão por violar a lei chinesa.

Bem-vindos ao mundo da extraterritorialidade. Os EUA e a China buscam estender cada vez mais o alcance de suas leis internas no exterior - ao obrigarem empresas e pessoas estrangeiras a seguirem as ordens de Washington ou Pequim. O avanço da extraterritorialidade é o sinal mais recente do triste declínio de nossa velha amiga, a ordem internacional baseada em normas, sob a qual as grandes potências ao menos fingiam obedecer às mesmas regras que todos os demais.

No mundo extraterritorial, existe um conjunto de regras para as superpotências e outro para todos os demais. Isso se parece menos com o século 21, como imaginado por advogados especializados em Direito internacional, e mais com o século 19, no qual as potências imperiais impunham sua vontade aos outros países.

Os EUA são os que foram mais longe no uso da legislação de extraterritorialidade. Sua arma mais importante não está à disposição de nenhum outro país: o status do dólar como reserva cambial mundial. Isso significa que estrangeiros usam o sistema financeiro americano há 13 horas 22/09/2020 EUA e China começam a impor sua lei ao mundo com frequência e, portanto, tornam-se vulneráveis a processos sob as leis dos EUA. Também significa que os EUA podem ameaçar estrangeiros com sanções financeiras que têm alcance mundial.

Mesmo durante os anos de Barack Obama na Presidência, os EUA usavam seu poder extraterritorial com crescente entusiasmo. Basta pensar nos muitos executivos do futebol mundial presos na Suíça em 2015 e extraditados para serem julgados nos EUA. O erro deles foi processar transações supostamente corruptas por meio de bancos americanos.

O governo do presidente Donald Trump aderiu ao porrete das sanções com ainda mais entusiasmo. Após a repressão ao movimento pródemocracia em Hong Kong, os EUA puseram na mira a governadora de Hong Kong, Carrie Lam, e alguns de seus colegas. Lam já admitiu que tem tido dificuldade para usar cartões de crédito.

A Rússia também é alvo de sanções dos EUA, e é por isso que o porto alemão de Sassnitz entrou em cena. Navios russos que trabalham na conclusão do polêmico gasoduto Nord Stream 2 para a Alemanha têm atracado lá. Isso atraiu a atenção dos senadores Tom Cotton, Ted Cruz e Ron Johnson, que no mês passado enviaram uma carta à cidade e a uma empresa alemã envolvida no projeto com ameaças de sanções. O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, alertou as empresas envolvidas no Nord Stream: “Saíam agora ou arquem com as consequências.”

Os políticos alemães estão indignados com essa pressão - mas também estão preocupados. A lei americana é suficientemente vaga para tornar qualquer banco ou escritório de advocacia alemão envolvido no Nord Stream potencialmente vulnerável a processos judiciais nos EUA.

Talvez a mais espetacular aplicação extraterritorial da legislação de sanções americana pelo governo Trump tenha sido a prisão de Meng Wanzhou, diretora financeira da chinesa Huawei Technologies, que foi detida no Canadá por supostos delitos relacionados às sanções impostas pelos EUA ao Irã. A Huawei também foi atingida por leis americanas que impedem a venda de chips de computador americanos para a gigante tecnológica chinesa. Isso tornará muito mais difícil para a Huawei a tarefa de disseminar sua tecnologia 5G no mundo inteiro.

O próprio conceito de extraterritorialidade é altamente delicado na China, por causa de suas reverberações do século 19, quando muitos estrangeiros viviam sob suas próprias leis em cidades chinesas como Xangai.

Mas nos dias de hoje a China não está mais na extremidade meramente receptora da legislação extraterritorial. Os termos de sua nova lei de segurança nacional são tão vagos e abrangentes que ela potencialmente torna até estrangeiros que se manifestam no exterior vulneráveis a processos criminais por “subversão” na China.

As universidades ocidentais estão levando a ameaça a sério. Patricia Thornton, que leciona política chinesa na Universidade de Oxford, tuitou recentemente: “Meus alunos vão encaminhar e apresentar trabalhos de forma anônima”, como proteção contra a lei. Professores das universidades americanas anunciaram medidas semelhantes.

O principal temor é que alunos chineses possam ser denunciados e perseguidos por se desviarem da linha oficial de Pequim - por exemplo, a respeito de Taiwan, Hong Kong ou Xinjiang. Esse risco só aumentou com a realização de seminários online, que podem ser gravados. Alguns acadêmicos e membros de centros de análise e pesquisa ocidentais também estão preocupados com a própria segurança, e têm se recusado a viajar para a China.

As incursões de Pequim na extraterritorialidade começaram com a liberdade de expressão, mas é pouco provável que terminem aí. Imitando os EUA, a China agora trabalha em sua própria lista de “entidades não confiáveis” voltada contra empresas estrangeiras acusadas de pôr em risco a segurança nacional chinesa.

Os EUA, e talvez a China, têm o poder de garantir o cumprimento de suas leis no mundo inteiro. Para potências de médio porte, essa opção não existe. Em vez disso, países de menores dimensões têm de dar sustentação a órgãos legislativos internacionais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC) - que de vez em quando toma decisões tanto contra a China quanto contra os EUA.

Sem regras internacionais conjuntas, terceiros países podem se ver cada vez mais divididos entre as exigências extraterritoriais concorrentes de Washington e de Pequim. Nessa situação, nosso mundo vai se parecer cada vez mais com o descrito pelo historiador grego Tucídides, no qual “os fortes fazem o que querem e os fracos sofrem o que devem”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/09/2020

SENADOR EDUARDO BRAGA DISCUTE LEI DO GÁS COM EMPRESÁRIOS

Cotado como possível relator da matéria, líder do MDB no Senado sinalizou ao setor privado que versão aprovada na Câmara pode ser mantida

Por Renan Truffi e Vandson Lima, Valor — Brasília

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), comandou uma vídeo-conferência ontem com dezenas de empresários ligados ao setor de gás no Brasil. Braga está cotado como possível relator da matéria no Senado e, na conversa, sinalizou que pode preservar a versão aprovada pela Câmara dos Deputados, o que agrada os representantes do segmento. Segundo fontes, apesar disso, o emedebista fez questão de enfatizar também que, caso a maioria dos senadores queira fazer modificações no texto, o Senado não abrirá mão da sua legitimidade de alterar a proposta.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) vem postergando a definição sobre a relatoria justamente porque tenta construir algum tipo de consenso em torno do assunto. Em conversas reservadas, Alcolumbre deu a entender que gostaria de um relator que preservasse a versão aprovada pelos deputados. Neste caso, uma alternativa seria deixar possíveis modificações para a regulamentação da lei, após sua aprovação no Congresso.



[https://s2.glbimg.com/Y7Cw5ieSx5J1_vmrCrvBSIAOFJM=/0x0:755x393/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/N/K/wQinQdSfmuABEW2LDu6w/foto21bra-211-dfbraga-a2.jpg](https://s2.glbimg.com/Y7Cw5ieSx5J1_vmrCrvBSIAOFJM=/0x0:755x393/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/N/K/wQinQdSfmuABEW2LDu6w/foto21bra-211-dfbraga-a2.jpg)

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), é cotado para ser relator da Lei do Gás — Foto: Valor

Braga sinalizou que topa esta alternativa se a maioria dos líderes concordarem com a manutenção do texto. Caso contrário, ele deixou claro que o Senado não vai abdicar do papel de Casa revisora. De acordo com um participante da reunião, o emedebista lembrou os empresários que a Lei do Gás está tramitando há aproximadamente sete anos na Câmara dos Deputados e que o Senado também tem direito de estudar o assunto com o devido cuidado. Após a reunião com os empresários, Braga se reuniu com o presidente do Senado na Residência Oficial.

A nova lei do gás deve destravar ao menos US\$ 10 bilhões em investimentos no setor químico e atrair para o país projetos que têm sido direcionados para outros mercados, onde os preços do gás natural, usado como energia e matéria-prima pela indústria, é mais competitivo.

A expectativa do setor é a de que a regulamentação seja aprovada pelo Congresso e sancionada ainda em 2020, colocando fim ao monopólio da Petrobras e possibilitando o compartilhamento de infraestrutura (gasodutos e unidades de regaseificação), num momento em que o gás liquefeito (GNL) está barato no mercado internacional e há oferta abundante.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 22/09/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO CRIA CADASTRO AMBIENTAL URBANO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o Cadastro Ambiental Urbano (CAU), um aplicativo com informações sobre as áreas verdes nas cidades.

O objetivo do cadastro é “incentivar o uso” de parques urbanos, parques e áreas de lazer nos municípios e no Distrito Federal.

O aplicativo tem interface para usuários (disponível para Android) e gestores (disponível para Android e versão web) e permite a avaliação das condições de segurança e de infraestrutura de cada área cadastrada.

Segundo o ministério, a criação do CAU é a primeira ação do Programa Nacional para Áreas Verdes Urbanas Cidades+Verdes, iniciativa do ministério para “gestão, ampliação, manutenção e recuperação de áreas verdes nas cidades.”

A portaria que instituiu o programa foi publicada também na segunda-feira no Diário Oficial da União.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 22/09/2020



PORTAL PORTOS E NAVIOS

BR DO MAR: GOVERNO AVALIA RETIRAR URGÊNCIA CONSTITUCIONAL

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 22/09/2020 - 13:23



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180329-navio-porta-conteiner-cabotagem.jpg>

Arquivo/Divulgação

PL apresentado em agosto e ainda sem relator pode trancar a pauta da Câmara dos Deputados a partir da próxima segunda-feira (28).

O Ministério da Infraestrutura confirmou que o governo estuda se mantém ou retira a urgência constitucional do

projeto de lei do BR do Mar (PL 4.199/2020). A pasta informou à Portos e Navios que o status de urgência está em avaliação, considerando o interesse do governo de que o projeto seja debatido.

O Minfra acrescentou que a análise deve-se à necessidade de o PL tramitar com tempestividade, uma vez que os investimentos no setor aguardam a definição da política. O PL, apresentado no último dia 13 de agosto, tranca a pauta da Câmara a partir da próxima segunda-feira (28). No entanto, até o momento, não foi designado relator para a matéria.

Matéria em atualização

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2020

IMO PROPÕE CONCEITO DE DESCARBONIZAÇÃO NEXTGEN

Da Redação NAVEGAÇÃO 22/09/2020 - 08:18



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200922-imo.jpg>

Um novo conceito para um ecossistema global colaborativo de iniciativas de descarbonização do transporte marítimo foi apresentado pela Organização Marítima Internacional (IMO) e a autoridade marítima e portuária de Singapura, durante um webinar realizado em 17 de setembro.

A iniciativa, denominada NextGEN, visa facilitar o compartilhamento de informações sobre iniciativas de descarbonização entre muitas partes interessadas, incluindo Estados membros da IMO, ONGs, indústria e academia. Por ela, serão identificadas oportunidades e lacunas para descarbonização na comunidade marítima global e criadas redes e plataformas para colaboração entre as iniciativas. NextGEN é um acrônimo, a soma de "Next" [próxima] e "GEN" — Green and Efficient Navigation [Navegação Verde e Eficiente].

O webinar, com a participação de mais de 500 líderes e profissionais marítimos de 63 países, foi organizado em conjunto pela IMO e pela Autoridade Marítima e Portuária de Cingapura.

Durante o evento, o secretário-geral da IMO, Kitack Lim, reconheceu os tempos sem precedentes em que vivemos e expressou sua convicção de que "o maior desafio que ainda enfrentamos é a batalha contra o aquecimento global e as mudanças climáticas". Ele pediu mais ações para acelerar a pesquisa de combustíveis marinhos com zero de carbono.

"Para conseguir isso, a IMO está intensificando seus esforços para atuar como um fórum global e promotor em P&D em combustíveis marítimos de carbono zero, reunindo partes interessadas dos setores público e privado, e também bancos privados e de desenvolvimento e outros doadores potenciais em todo o mundo ", disse Lim.

o ministro dos Transportes de Cingapura, Ong Ye Kung, disse que o mundo precisa manter a luta contra as mudanças climáticas, mesmo lidando com a crise da Covid-19. "Ninguém pode fazer isso sozinho. É uma ambição global, a ser realizada pela comunidade marítima internacional. Mas todos nós temos capacidade, experiência e recursos para contribuir com essa empreitada. Cingapura fará nossa parte e estamos ansiosos para a comunidade marítima se reunindo, sob a liderança da IMO, para redobrar nossos esforços e construir um mundo melhor e mais verde ", disse Kung.

Ao descrever as principais características do conceito NextGEN, Jose Matheickal, chefe do Departamento de Parcerias e projetos da IMO, informou que mais discussões foram previstas na Conferência Future of Shipping, que será realizada em Singapura em fevereiro de 2021.

Workshops dedicados ao NextGEN em 2021 serão ser organizados pela IMO e apoiado por Singapura, para reunir várias iniciativas de descarbonização.

Prevê-se que o NextGEN atue como um catalisador para estimular a colaboração entre as várias iniciativas e estará totalmente desenvolvida até 2022/2023.

Assista ao webinar na íntegra: <https://fos-decarbonisation2020.sg/>

O segundo webinar da IMO-Singapura — "Future of Shipping: Digitalization" — será realizado online em 8 de outubro, das 10h às 12h, com apresentações sobre o potencial que a digitalização oferece para tornar a cadeia de abastecimento marítimo mais resiliente, mesmo em face de novas demandas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2020

O PORTO DE PARANAGUÁ INAUGURA, NESTA TERÇA-FEIRA (22) UM NOVO BERÇO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/09/2020 - 20:31



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200921-porto-de-paranagua-berco-correia-shiploader.jpg>

O novo berço 201, no extremo Oeste do Porto de Paranaguá, será inaugurado nesta terça-feira (22). Com investimentos de R\$ 201,7 milhões, a ampliação do cais vai aumentar em 140% a capacidade atual de movimentação.

A solenidade também marca a autorização para que a empresa Pasa inicie a construção de uma nova linha de embarque, com a instalação de um novo shiploader, para movimentar até 2,5 mil toneladas/hora. Os valores previstos são de R\$ 117,7 milhões.

O governador Carlos Massa Ratinho Júnior assina, na solenidade, a autorização para a contratação do projeto para obras de derrocamento submarino do maciço rochoso conhecido como Palanganas. A remoção permitirá o aprofundamento do canal de acesso ao porto em até 14,60 metros. Os investimentos, realizados pela autoridade portuária, somam R\$ 23,2 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2020

ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE MARÍTIMA SOBRE PRATICAGEM SE CONCENTRAM NA REGULAÇÃO TÉCNICA, DIZ MARINHA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 21/09/2020 - 19:51



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180818-praticagem-conapra.jpgArquivo/Divulgaçao>

MB informou que aguarda a avaliação que será realizada pelo Congresso Nacional do PL 4.392/2020, que discute a competência para regulação econômica dos serviços.

A Marinha informou que acompanha a tramitação do projeto de lei que confere à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a competência para atuar na regulação econômica dos serviços de

praticagem e fixar limites de preço nas zonas de praticagem. O PL 4.392/2020, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), propõe que a Marinha possa certificar comandantes de navios de bandeira brasileira a navegar sem praticagem, com base em treinamento em simuladores. O projeto também prevê que empresas de navegação poderão contratar práticos sem obedecer à escala de serviço.

Procurada pela Portos e Navios, a Marinha informou que aguarda a avaliação que será realizada pelo Congresso Nacional. Em nota, a Marinha destacou que suas atribuições enquanto autoridade marítima se concentram na regulação técnica do serviço de praticagem. A autoridade marítima ressaltou que a segurança em mares e rios é cumprida no que tange as atividades de praticagem de acordo com a Normam-12 e a Lei 9.537/1997 (LESTA).

O projeto, apresentado no final de agosto, prevê alterações na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997) e na Lei 10.233/2001, que criou a Antaq. Procurada pela reportagem, a agência reguladora não comentou as propostas do PL. Esse projeto foi apensado ao PL-1565/2019, do deputado Augusto Coutinho (SOLIDARI-PE), que também trata da atividade de praticagem.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/09/2020

APÓS QUEDA NA MOVIMENTAÇÃO, PECÉM ESPERA RETOMADA DE VOLUME DE MINÉRIO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 21/09/2020 - 18:52



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200921-tmut-pecem-divulgacao.jpg>

Arquivo/Divulgação

Expectativa é que volume de minério de ferro aumente em função da segunda fase de expansão da siderúrgica. VLI projeta aumentar transporte do insumo em 2021.

Após um período de queda na movimentação de minério de ferro durante a pandemia, o complexo portuário de Pecém (CE) espera que os volumes sejam retomados e mantenham a curva de

crescimento que vinham sendo apresentados nos últimos três anos. Uma das expectativas está na ampliação da demanda da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). A capacidade instalada atual da siderúrgica é de produzir três milhões de toneladas de placas de aço por ano. A meta é dobrar essa capacidade, chegando a seis milhões de toneladas de placas de aço/ano produzidas na segunda fase do projeto.

“Esperamos que, nos próximos anos, o volume de minério aumente bastante em função da segunda fase de expansão da CSP”, projetou o gerente de negócios portuários do Complexo do Pecém, Raul Viana. Ele disse que, além dos desembarques, existem outros projetos que estão em desenvolvimento para possibilitar a exportação de minério de ferro através do porto. No entanto, como os projetos não estão consolidados, ainda é difícil prever qual seria o aumento de demanda e em qual horizonte de tempo. Também estão nos planos novas opções logísticas para escoar a produção e exportação de minério através do porto.

Nos oito primeiros meses de 2020, o complexo do Pecém (CE) movimentou mais de 2,7 milhões de toneladas de minério de ferro. Essa é uma das principais cargas movimentadas pelo Porto do Pecém, que operou uma média anual de aproximadamente 4,5 milhões de toneladas/ano de 2017 a 2019, com curva crescente de movimentação. Viana contou que os efeitos econômicos da pandemia afetaram o complexo, fazendo com que a movimentação global do empreendimento

apurasse queda mensal de mais de 10% nos últimos três meses, inclusive o minério de ferro, que também teve sua movimentação reduzida no terminal.

O desembarque do minério de ferro em Pecém acontece através de esteiras transportadoras, com as operações sendo realizadas em um berço exclusivo, no píer 1, onde acontecem as movimentações de granéis sólidos (carvão mineral e minério de ferro). Ocasionalmente, são realizadas operações de descarga de minério de ferro no terminal de múltiplas utilidades (TMUT), com auxílio de guindastes MHC e grabs, com a saída da carga correndo através de caminhões, que levam o minério até o seu destino, dentro da área industrial do complexo.

Após a segunda ponte de acesso aos píeres e do segundo portão de acesso ao terminal portuário do Pecém, agora há outra opção para quando há minério sendo descarregado pelo TMUT. Nos últimos anos, o porto havia recebido melhorias como uma esteira de minério e dois MHCs e três moegas no píer 1, que podem ser utilizados como equipamentos de contingência na falha do descarregador de minério/carvão.

A VLI movimenta cerca de quatro milhões de toneladas de minério pelo modal ferroviário e recebe cerca de 4,8 milhões de toneladas de minério de ferro por meio do Porto do Pecém. A empresa tem expectativa de aumentar o transporte do insumo em 2021. No Porto do Pecém, a VLI investiu em mais uma moega de descarga com objetivo de aumentar a capacidade de desembarque de minério de ferro. "Com o investimento, a empresa aumentou em 23% a sua capacidade de descarga no local, garantindo regularidade e confiabilidade no abastecimento do nosso cliente", destacou o gerente geral da área de siderurgia e construção da VLI, Asley Ribeiro.

Em 2020, a VLI também realizou os primeiros embarques de minério de manganês no Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), em Sergipe, o que abriu uma nova oportunidade de escoamento de minerais pelos portos operados pela VLI, além de ampliar o volume de embarque no terminal portuário de São Luís (MA). A partir do segundo trimestre, a VLI registrou uma redução na movimentação de minérios por conta da diminuição da produção de aço, reflexo dos impactos relacionados a Covid-19. Ribeiro ressaltou que, no terceiro trimestre, os volumes já apresentaram melhora. "Estamos retomando de forma gradativa a normalidade", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2020